

Parte II:

O FEMINISMO NA SOCIEDADE E NA IGREJA

Capítulo 4

O Feminismo como fato cultural e fator de cultura

Introdução

Em sentido mais amplo, o feminismo é um fato antigo. Existiu sempre que mulheres, individual ou coletivamente, resistiram diante de situações, nas quais eram subjugadas pelo fato de serem mulheres; sempre que se defendeu e se promoveu a igualdade entre mulheres e homens. Porém, interessa-nos aqui o feminismo em seu sentido mais específico como movimento histórico recente, no qual muitas mulheres chegaram a articular, tanto na teoria como na prática, uma crítica ao paradigma sócio-cultural centrado no masculino. E, a partir de um caminho de novas relações entre os sexos, e de um movimento político-libertário, realizam uma profunda mudança cultural, influenciando na elaboração dos *símbolos e significados, valores e padrões*.

Iniciaremos com um olhar sobre as raízes históricas do feminismo, como raízes libertárias, seja no contexto euro-americano como no Brasil. Prosseguiremos sublinhando que as práticas libertárias e as transformações culturais são múltiplas, e se realizam em distintas perspectivas; contribuem com uma nova forma de interrogar a realidade, cunhando novas categorias analíticas, que apontam para a especificidade do caminho libertário das mulheres, no

entrecruzamento de muitos itinerários. Por fim, indicaremos perspectivas culturais que são nucleares no feminismo.

1. Raízes históricas do Feminismo

É habitual distinguir diversas fases do feminismo, embora o seu desenvolvimento não se deu da mesma maneira nos diferentes contextos históricos, e existe uma certa trans-historicidade ligada a cada expressão crítica, nas confrontações da subordinação feminina¹. Não faremos aqui um estudo aprofundado sobre a história do feminismo, queremos apenas destacar momentos marcantes de seu surgimento. Porém, nosso enfoque não quer ser evolucionista, no sentido de ver, no momento atual, um aperfeiçoamento do feminismo². Quer antes destacar as *raízes libertárias* e emancipadoras do movimento, que, em cada contexto e em cada momento histórico, impulsiona o processo em suas distintas realizações.

1.1. O movimento filosófico da Ilustração e a Revolução Liberal (séculos XVII e XVIII)

O feminismo, desde suas origens se relaciona dialeticamente com a modernidade. Por um lado, lança suas raízes nas premissas ilustradas de que todos os seres humanos nascem livres e iguais, portanto, com os mesmos direitos; por outro, surge como reação às contradições das tradições liberais, que superaram privilégios de sangue do antigo Regime, mas criaram outros privilégios burgueses³. Surge como reação às contradições filosóficas que romperam a visão mítica que sacralizava as desigualdades sociais e a autoridade da tradição que

¹ NICOLA, Giulia Paola di. Feminismo. In: VILLA, Mariano. In: **Dicionário de pensamento contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2000, 320-324, aqui, 230-232.

² Veja-se a crítica de Elizabeth S. Fiorenza a discursos feministas pós-modernos que contam a história do feminismo com enfoque progressista: “A narração evolutiva da teoria feminista conta a história do feminismo como um desenvolvimento progressivo desde uns começos pouco sofisticados desde o ponto de vista teórico até às alturas intelectuais do feminismo pós-moderno”. Cf. FIORENZA, E. S. **Los caminos de la Sabiduría: una introducción a la interpretación feminista de la Biblia**. Santander: Sal Terrae, 2004, 117-118.

³ MOLINA, Petit, C. **Dialéctica feminista de la ilustración**. Barcelona: Antropos, 1994.

absolutizava costumes e teorias, mas desenvolveram a teoria da feminilidade, *naturalizando* a desigualdade de gênero, e as relações hierárquicas entre homem e mulher.

Os principais autores iluministas que justificaram a desigualdade entre homens e mulheres, na sociedade e na família, desenvolvendo uma teoria da feminilidade são o inglês Locke (1632-1704) e o francês Rousseau (1712-1778).

Locke, de acordo com o espírito ilustrado, critica a justificação do poder político na autoridade divina, mostrando que o poder político não vem de Deus, mas de decisões históricas bem concretas. Porém, Locke distingue a sociedade política e a sociedade conjugal-familiar, proclamando a igualdade para a primeira e mantendo a tradição absolutista e patriarcal para a segunda. Por um lado, defende a autonomia do indivíduo que “nem pode nem deve se submeter a outro”; por outro, postula a sujeição *natural* da mulher ao marido⁴. Rousseau ao mesmo tempo em que, se levanta como o defensor mais radical da igualdade política e econômica, também se torna o teórico mais destacado da construção do “feminino”, ao designar para as mulheres uma tarefa *natural*, a de esposa e mãe; e, um espaço *natural* adequado, o espaço doméstico⁵. Para estes, as mulheres são seres não dotados de razão, e são destinadas ao âmbito privado.

Porém, outros autores defendem a *igualdade natural* entre homens e mulheres. O mais importante deles é Poulain de la Barre, autor de filiação cartesiana. Polemizando com os partidários da inferioridade das mulheres, afirmou que a desigualdade social entre homens e mulheres não é consequência da desigualdade natural, senão que, pelo contrário, é a própria desigualdade social e política que produz teorias que postulam a inferioridade da natureza feminina⁶.

As mulheres, no contexto da Revolução Francesa, se articularam politicamente para fazer valer os direitos universais em favor delas. Embora fossem perseguidas, abriram um caminho irreversível de mudança. A progressiva tomada de consciência das mulheres, no período Iluminista, está testemunhada principalmente nos seguintes textos: *A Declaração dos Direitos da mulher e da*

⁴ Sobre a crítica feminista do pensamento de Locke, ver PETIT, Cristina Molina. Ilustración. In: AMORÓS, Célia (org.). **10 palabras clave sobre mujer**. Navarra: Verbo Divino, 2000, 189-216, aqui 198-211.

⁵ Sobre a crítica feminista de Rousseau, ver PETIT, Cristina Molina. Ilustración, 206-211.

⁶ BÉDIA, Rosa Cobo. Gênero. In: AMORÓS, Célia (org.). **10 palabras clave sobre mujer**, 56-57.

cidadã, publicada pela francesa Olympe de Gouges, em 1791; *Uma reivindicação pelos Direitos da Mulher*, publicada pela inglesa Mary Wollstonecraft, em 1792. A primeira aborda o papel político-feminino; a segunda, o ser social presente na mulher⁷.

A idéia central das autoras feministas dessa época é a idéia de mulher cidadã com plenos direitos. O movimento social de mulheres se organiza em torno da luta pela participação feminina em revoluções políticas. Para Sledziewski - citada por Elizabete Bicalho - a Revolução Francesa é o momento histórico em que a civilização ocidental descobre que as mulheres têm um lugar na cidade⁸. É a irrupção de uma radical mudança cultural. O feminismo nasce como um movimento de ruptura da contradição entre os princípios iluministas de igualdade universal e a exclusão das mulheres do acesso à plena cidadania; rompe a contradição entre a visão histórica dos processos humanos e a *naturalização* de um modelo contingente de identidade feminina e masculina.

1.2.

Os movimentos sociais (século XIX e meados do século XX)

O século XIX é o século dos grandes movimentos sociais emancipatórios. O feminismo aparece pela primeira vez como um movimento social de caráter internacional, com uma identidade autônoma teórica e organizativa. Além disso, ocupará um lugar importante no seio dos grandes movimentos sociais, os diferentes socialismos e anarquismos.

Estes movimentos surgiram enraizados na demanda igualitária da Ilustração, porém surgiram para dar resposta aos cruciais problemas que apareciam com a revolução industrial e com o capitalismo. As expectativas suscitadas pela modernidade se chocavam com a real desigualdade social. Essas contradições foram o caldo de cultivo das teorias emancipatórias e dos movimentos sociais⁹.

⁷ MIGUEL, Ana de. Feminismos, In: AMORÓS, Célia (org.). **10 palabras clave sobre mujer**, 224-225; BICALHO, Elizabete. Correntes Feministas e abordagens de gênero. In: SOTER. **Gênero e teologia: Interpelações e perspectivas**. São Paulo: SOTER, 2003, 38-39.

⁸ BICALHO, Elizabete. Correntes Feministas e abordagens de gênero, 39. Sobre o movimento de mulheres no período da Revolução Francesa ver MIGUEL, Ana de. Feminismos, 222-226.

⁹ MIGUEL, Ana de. Feminismos, 226-228.

O movimento sufragista. O capitalismo alterou a relação entre os sexos. O novo sistema econômico incorporou massivamente as mulheres proletárias no trabalho industrial – mão de obra mais barata – porém, na burguesia - a classe social ascendente – deu-se o fenômeno contrário. As mulheres em casa se tornaram cada vez mais símbolo do status do êxito profissional do marido. Nesse contexto, as mulheres se organizaram em torno da luta pelo *status* civil autônomo. A luta pelo sufrágio se estendeu por muitos países, e atingiu distintas classes e distintas correntes políticas. Nos EUA, o movimento sufragista esteve inicialmente relacionado com o movimento abolicionista¹⁰. No Brasil, a conquista do sufrágio se deu, depois de mais de uma década de luta, com o decreto de 1932 e as Constituições de 1934¹¹.

Essa primeira fase do feminismo liberal foi cada vez mais dinâmica e mais abrangente: apelando para a universalização dos valores democráticos liberais, reivindicou igualdade de acesso às esferas profissionais e educacionais; mudança nas leis matrimoniais discriminatórias; estendeu-se no interior das profissões, reivindicando salários iguais e acesso igual a todos os níveis de uma profissão; também enfocou o direito das mulheres à autodeterminação em relação à reprodução, educação sexual, controle de natalidade e aborto; defendeu o direito à dignidade contra o constrangimento sexual no trabalho, o espancamento da esposa no lar, o estupro, e a pornografia que desumaniza o imaginário cultural sobre as mulheres.

As reivindicações igualitárias das mulheres transcendem e questionam continuamente os limites da Revolução Liberal. As feministas conseqüentes chegaram a reconhecer, em grau crescente, a necessidade de transformar fundamentalmente o sistema maior, social e cultural. Chegaram a questionar as instituições, desde a família até as instituições sociais e políticas, alcançando também a identidade da mulher nos processos formativos de sua personalidade. A conquista de direitos iguais, na perspectiva liberal, não garante a prática da igualdade plena nem às mulheres nem a muitos homens. Sistemas sociais e

¹⁰ MIGUEL, Ana de. Feminismos, 228-230.

¹¹ Sobre o Movimento sufragista brasileiro, cf. ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**. Petrópolis: Vozes, 1980, 85-129.

simbólicos impedem que haja uma igualdade real não só entre mulheres e homens, como também entre classes, etnias, povos, etc¹².

O feminismo socialista. O pensamento socialista sempre teve em conta a situação das mulheres na sociedade. Isso não significa que o socialismo seja necessariamente feminista. Os *socialismos utópicos* foram os primeiros a abordar o tema da mulher, propondo um regime de igualdade que afeta também os sexos. Sem dúvida, e apesar de reconhecer a necessidade de independência econômica das mulheres, às vezes, não foram suficientemente críticos em relação à divisão sexual do trabalho. Uma das contribuições significativas do socialismo utópico reside na grande importância concedida à transformação da instituição familiar. Condenavam a dupla moral e consideravam o celibato e o matrimônio indissolúvel como instituições repressoras e causa de injustiça e infidelidade.

O *socialismo marxista* suscitou o feminismo da mulher trabalhadora na produção capitalista. Nesse pensamento, a desigualdade e a exploração das mulheres são analisadas como uma questão predominantemente social, cuja solução estava vinculada à implantação do Estado socialista; no qual haveria igualdade entre mulheres e homens¹³. A chave para a libertação e emancipação das mulheres estava na restauração da autonomia econômica, sob condições socialistas, e não simplesmente com a conquista dos direitos civis. O socialismo marxista também criticou a instituição tradicional da família, a dupla moral, e relacionou a exploração econômica com a sexual da mulher.

Porém, na prática, nem todos os socialistas apoiavam a igualdade entre os sexos. Além disso, apesar dos esforços para integrar as mulheres nas forças de trabalho e na política, elas ainda são encontradas nos níveis inferiores de qualquer hierarquia de empregos, desde a política até a administração, passando pelo trabalho na fábrica. Recebem salários menores que os homens. Persistiram contradições entre trabalho doméstico e trabalho assalariado mal-remunerado.

O feminismo socialista propriamente dito surge porque as mulheres não só participaram dos partidos socialistas e de movimento de trabalhadores/as, mas também porque entraram em conflito com eles. Surgem, então, os movimentos de

¹² RUETHER, R. R. **Sexismo e religião**: rumo a uma Teologia Feminista, São Leopoldo: Sinodal, 1993, 180-185.

¹³ BICALHO, Elizabete. Correntes Feministas e abordagens de gênero, 41.

mulheres, para discutir seus problemas específicos. A questão feminista também faz explodir os limites das sociedades socialistas, que continuavam centradas nos varões¹⁴.

1.3.

Os movimentos radicais democráticos (anos 60-70)

Os anos sessenta foram de intensa agitação política em muitas nações. As contradições de um sistema que tem sua legitimação na universalidade de seus princípios; porém, na realidade é sexista, racista, classista e imperialista, o que motivou a formação de diversos movimentos sociais radicais: anti-racista, estudantil, pacifista e feminista. A característica comum de todos eles foi o caráter contracultural. Não queriam uma política reformista dos grandes partidos, senão forjar novas formas de vida que prefigurasse a utopia comunitária do futuro¹⁵.

As mulheres tomaram mais consciência da peculiaridade de sua opressão. Ao participarem dos movimentos radicalmente democráticos, também entraram em conflito com eles. Não tardaram a experimentar a crua realidade de que se tratava de movimentos centrados nos varões e que neles, as mulheres eram de segunda classe. Também se deram conta de que a maioria delas não contava a não ser para trabalhos auxiliares, com pouca participação em âmbitos de decisão. Eram relegadas a trabalhos de secretaria, convertidas em objeto sexuais ou vistas como as musas dos “grandes homens” dos movimentos.

Daí que as mulheres que participavam de tais movimentos, começaram a formar seus próprios grupos e equipes de trabalho. Quando foram rechaçadas e ridicularizadas, formaram grupos autônomos de mulheres. Foi assim que nasceu o “*movimento de libertação das mulheres*”.

“Essa experiência de serem marginalizadas e “utilizadas” pelos varões comprometidos em lutas de libertação se viu exacerbada pelo fato de produzir-se em um momento em que as mulheres haviam se conscientizado, e seus movimentos de libertação em todo mundo haviam começado a adotar marcos teóricos pós-colonialistas e radicalmente democráticos. Como reação à marginalização e à exclusão, as feministas se concentraram em seguida no

¹⁴ RUETHER, R. R. **Sexismo e religião**, 187-189.

¹⁵ MIGUEL, Ana de. **Feminismos**, 238.

desenvolvimento de um interesse específico pelas mulheres, algo que os marcos teóricos liberacionistas haviam ignorado. Como categorias analíticas básicas, elegeram as de “patriarcado” e “mulher”¹⁶.

O florescer do chamado *novo* feminismo é muito diversificado. Por um lado, antigas reivindicações relacionadas aos direitos civis haviam sido conquistadas em termos de princípio, e em termos de legislação em muitos países. E, em parte, certas reivindicações de direitos ligados à sexualidade e à reprodução também foram sendo conquistadas; embora sejam muito diversificadas tanto as posições feministas sobre essa temática, como a legislação dos países. Por outro, só em parte eram na prática garantidos os direitos de igualdade de cidadania, e da autonomia relacionada à reprodução, assegurados por lei. Os feminismos, enraizados em caminhos liberais, reflorescem com novos e múltiplos contornos. Por sua vez, os feminismos de raiz mais socialista reflorescem no contexto dos recentes movimentos de libertação. Todavia, surgiram porque mulheres se deram conta de que os movimentos emancipatórios e libertários permaneciam centrados nos homens, e não atingiam as relações de gênero.

2. Aspectos da trajetória do feminismo no Brasil

No final do século XVIII e início do século XIX, encontramos mulheres que individualmente ou em grupo divulgaram idéias de emancipação feminina. Defenderam a participação política da mulher e a igualdade entre os sexos¹⁷. E, em muitos momentos da história brasileira, encontramos representantes de um pensamento considerado atualmente como feminista. No entanto, é na luta por direito ao voto feminino que surge no país, em fins do século XIX, o primeiro movimento organizado de mulheres com finalidades e características feministas. Ainda que o feminismo político da época não se limitou ao sufragismo, este foi sua principal tendência e o que provocou as reações mais violentas por parte dos opositores.

¹⁶ FIORENZA, E. S. *Los caminos de la Sabiduría*, 2004, 120.

¹⁷ TELES, M. Amélia de Almeida. *Breve historia do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993, 33.

Avaliando o movimento das sufragistas, Branca Moreira Alves e June Hahner, enfatizam diferentes facetas deste mesmo movimento. Para Branca, as conquistas alcançadas pelas mulheres, naquele momento histórico, não passaram de acertos entre as elites e teriam se limitado a algumas reivindicações formais de um liberalismo burguês. O voto feminino teria sido recusado enquanto supérfluo como força política conservadora; e concedido quando assim interessou à classe dominante¹⁸. June, no entanto, faz uma outra leitura desse movimento, ressaltando o valor da luta empreendida pelas sufragistas brasileiras, valorizando as estratégias e a tenacidade do movimento¹⁹.

A obtenção de garantias com base na lei, a conquista dos novos direitos de participação na esfera pública não implicaram em reformulação no âmbito das obrigações familiares. A estrutura hierárquica da família continuou não sendo questionada e os direitos públicos haviam sido reclamados em nome de um melhor desempenho dos papéis de esposa e mãe. Além disso, a luta pelo voto não havia penetrado nas classes trabalhadoras²⁰.

Após a luta das sufragistas, criou-se no Brasil uma espécie de Movimento Autônomo de Mulheres com inúmeras organizações, associações, clubes, ligas; e, grupos baseados em programas que discutiam a participação social da mulher e os caminhos para a sua emancipação. Temas como a igualdade entre homens e mulheres e a conquista de novos espaços no mercado de trabalho faziam parte das discussões de muitos desses grupos. Questões relativas à sexualidade feminina eram uma exceção, nas palavras de Miriam Goldenberg e Moema Toscano. As feministas da época repudiavam, com energia, as tentativas de orientar sua militância nesse sentido, preferindo o caminho das reivindicações de cunho mais estritamente político ou trabalhista²¹.

Também nessa época, com influência de partidos de esquerda, surge uma mobilização de mulheres dos meios populares em torno das chamadas 'lutas

¹⁸ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.181.

¹⁹ HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas.** São Paulo: Brasiliense, 1981, 120.

²⁰ COSTA, Albertina de Oliveira. O acesso das mulheres à cidadania: questões em aberto. **Cadernos de Pesquisa** 77 (1991/) 47-52.

²¹ TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1992, 28-29.

gerais' da sociedade²². Apesar da sua conotação esquerdista, o feminismo desenvolvido dentre estes grupos não teria se distinguido do feminismo socialista mundial ao deixar de reconhecer a existência de questões específicas à mulher. Tais questões eram deixadas de lado em prol das lutas gerais, de cunho político-econômico.

A partir de 1945, no período pós-guerra, o país entrava num processo de redemocratização. Acompanhando este processo, surgiram movimentos de Mulheres que se mobilizavam pela anistia e pela democracia, cuja proposta principal era a de fazer com que a mulher participasse efetivamente da consolidação da democracia no Brasil e se esforçasse pela conquista da igualdade de direitos em todos os ramos da atividade profissional, administrativa, cultural e política. Outro tema motivador, para o surgimento de movimentos de mulheres no país, foi sem dúvida a questão da carestia nas condições de vida. Houve mobilizações em prol da defesa dos direitos da mulher; a proteção à infância, a defesa da paz mundial²³. A partir de 1953, as lutas femininas no Brasil passaram a utilizar a Declaração de Direitos da Mulher, adotada em Copenhague, como base. Tal declaração prima pelo cumprimento das leis trabalhistas e sua extensão às trabalhadoras do campo bem como pela igualdade de direitos civis e políticos para a mulher.

Com a implantação, em 64, da ditadura militar no Brasil, a maioria dessas associações femininas brasileiras desapareceu, principalmente aquelas que possuíam um engajamento político mais consistente. Ao longo de todo o regime militar, e em oposição a ele, várias mulheres acabaram se mobilizando em manifestações públicas e organizações clandestinas, muitas, na condição de mães, esposas ou irmãs de prisioneiros políticos ou de desaparecidos²⁴.

O feminismo brasileiro encontrava-se no início da década de 70, diluído e engajado em várias frentes. Nas palavras de Cynthia Sarti:

²² BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro e BINGEMER, Maria Clara L. (org.) **Mulher e Relações de Gênero**. Coleção Seminários Especiais - Centro João XXIII (8), São Paulo: Loyola, 1994, 101.

²³ TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983, 121-122.

²⁴ COLLINS, Ana Maria. **A Resistência de Mulheres à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

“O feminismo foi se impondo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Procurou conviver com essa diversidade, sem negar sua particularidade. Isso envolveu muita cautela. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação negativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita, era um movimento perigoso, imoral. Para a esquerda, reformismo burguês e, para muitas mulheres e homens, independentemente de sua ideologia, ser feminista tinha uma conotação antifeminina”²⁵.

Na origem dessas mobilizações, a identidade tradicional da mulher continuaria não sendo questionada bem como o lugar ocupado por ela, na esfera política, embora progressivamente vai se descortinando uma nova visão da mulher brasileira²⁶. Nos anos 60, obras referenciais do feminismo na Europa e nos EUA também influíram nas feministas brasileiras.

Assim, enquanto muitos grupos de mulheres permaneciam se organizando em torno das chamadas "questões gerais", outros se voltam para discutir questões mais específicas da condição feminina, dando visibilidade às questões específicas da mulher e do movimento feminista no Brasil; porém, tendo que romper a dificuldade de considerar a questão mais específica das mulheres no contexto da repressão. No artigo intitulado "É viável o feminismo nos trópicos?" Albertina de Oliveira aborda mais de perto o dilema enfrentado pelo feminismo no Brasil no contexto conjuntural da ditadura²⁷.

“Que significado podiam assumir aqui, naquela conjuntura de terror, questões tais como considerar político o cotidiano das mulheres e tornar públicos os atos comumente considerados como pertencentes ao âmbito privado, à esfera doméstica ou enfatizar a dominação de um sexo sobre o outro, quando a politização do cotidiano era mais que transparente e pesada para todos os cidadãos, quando a própria ordem autoritária se encarregava de misturar o público e o privado, violando a intimidade dos indivíduos?”²⁸

²⁵ SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa** 64 (1988) 38-47, aqui, 41.

²⁶ HAHNER, J. E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**. S. Paulo: Brasiliense, 1981, 8.

²⁷ COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? **Cadernos de Pesquisa** 70 (1988) 27-36.

²⁸ GOLDENBERG, Anette. **Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político**. BIB. Rio de Janeiro, 1989, n. 28, 82.

Apesar do medo do aparato repressivo, foram realizados durante os anos da Ditadura, alguns encontros e seminários referentes ao tema. Aparentemente, o governo não considerava as "questões das mulheres" como ofensivas ao regime²⁹.

Com as eleições parlamentares de 1974, em meio a esse processo, abre-se espaço para a reivindicação de políticas públicas e para o aprofundamento de reflexões feministas. Os anos que se seguiram foram de intensa atividade para as feministas que se organizaram em vários lugares, procurando dar o máximo de visibilidade às suas lutas contra a discriminação, a violência, e a exploração sofrida pela mulher brasileira, bem como para encaminhar novas práticas sociais e fomentar uma mudança cultural³⁰.

O Ano Internacional da Mulher (1975) tornou-se um marco histórico para o avanço das idéias feministas no Brasil. Com respaldo de um aparato legal, dos pequenos círculos das ações clandestinas, as organizações de mulheres passaram a buscar espaço público para se manifestar³¹. Também surgiram centros de pesquisa sobre a condição da mulher no Brasil e foram realizados diversos eventos de intercâmbio entre mulheres de diversas regiões. Tudo isso favoreceu a expansão das questões feministas, como a sexualidade feminina, a relação homem-mulher, questões jurídicas e outras.

A reformulação dos padrões sexuais vigentes entrava em pauta, sem, contudo obter a aceitação de todos os grupos que se empenhavam pelas causas feministas³². Enquanto múltiplas atividades feministas, no campo político-social, se realizavam, novos passos estavam sendo dados no âmbito das universidades. Surgem as teses sobre a mulher em distintos campos de pesquisa e em várias universidades.

A partir da segunda metade da década de 70 e nos anos 80, surgiram uma infinidade de grupos de mulheres e de centros de estudos da mulher espalhados por todo o país, num amplo leque de posições feministas. Foram abertos novos espaços para a discussão política relacionada à condição específica das mulheres. Surgiram grupos de feição menos híbrida e mais caracteristicamente feminista. Alguns abriram espaços para os temas-tabu, dentre eles as questões da

²⁹ TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**, 67.

³⁰ TOSCANO, Moema, GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres**, 30-35.

³¹ TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve historia do feminismo no Brasil**, 84-85.

³² TOSCANO, Moema, GOLDENBERG, Mirian. **A revolução das mulheres**, 1992, 39.

sexualidade e do aborto. A pesquisa acadêmica entrou numa fase de consolidação e expansão³³.

3. Um feminismo plural

Desde suas origens, o feminismo não representa um bloco monolítico. A partir de contextos distintos, e de questões diversificadas, eclodiram múltiplas vozes, que tecem distintos discursos e práticas voltados ao mesmo tempo para a emancipação e libertação das mulheres, e para uma mudança global na sociedade e na cultura. Como o limite entre as distintas perspectivas são instáveis, porosos, incertos, intercambiantes e dilatáveis, algumas experiências combinam vários enfoques feministas³⁴; além disso, existem formas variadas de distinguir as particularidades e classificar correntes feministas, ou os subgrupos, ou tendências.

Ivone Gebara classifica o feminismo da América Latina em duas tendências fundamentais. A primeira, mais popular que leva em consideração as preocupações práticas da vida cotidiana das mulheres pobres. A segunda, mais universitária que se dedica a repensar as ciências humanas a partir da contribuição feminista. São muitas as universidades da América Latina que têm hoje a preocupação de integrar, em seus diversos departamentos, centro de estudos feministas: publicações e congressos estudam questões da atualidade a partir da ótica das mulheres³⁵. A Teologia Feminista é influenciada por essas duas fontes, que se entrelaçam.

Elizabeth S. Fiorenza distingue múltiplas correntes feministas, com o objetivo de nos *indicar* que se trata de um movimento plural, que na sua diversidade contribui para uma transformação de diversas formas de domínio, e para o desenvolvimento de múltiplas facetas da emancipação e libertação das mulheres³⁶.

³³ TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**, 85-90.

³⁴ FIORENZA, E. S. **Los caminos de la Sabiduría**, 88.

³⁵ GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis: Vozes, 2000, 37-38.

³⁶ FIORENZA, E. S. **Los caminos de la Sabiduría**, 2004, 88-93.

O *feminismo liberal ou de igualdade de direitos* reivindica os direitos das mulheres em todas as instituições religiosas, culturais e sociais. Porém, geralmente, com plena consciência de que, em últimos termos, não se pode alcançar a igualdade de direitos e a justiça para as mulheres sem agir para transformar as instituições e as relações de poder sexista.

O *feminismo complementar* pressupõe que as mulheres e os homens possuem naturezas essencialmente diferentes. O masculino e o feminino se complementam mutuamente, e não são vistos como oposição, senão como correspondência e mútua complementariedade.

O *feminismo radical ou ginocêntrico* parte da idéia de que existem modos essencialmente femininos de percepção que originam uma cultura específica feminina. Dá por suposto que as formas de conhecimento e experiência do mundo propriamente feminino fazem das mulheres seres humanos menos corruptos, melhores por natureza. Esse tipo de feminismo localiza as raízes da opressão das mulheres principalmente na supremacia dos homens; e, afirma que todos os demais tipos de opressão derivam daí.

O *feminismo lésbico* tem sido uma das forças mais importantes da cultura radical das mulheres. A expressão “espectro lésbico”, cunhada por Adrienne Rich, na década de noventa e oitenta, foi o termo político chave. Denota um leque de experiências que não se limitam – e nem sequer é necessário que incluam – a relação genital entre mulheres³⁷.

O *feminismo de gênero*, também denominado *feminismo da diferença*, não se centra tanto nas mulheres como na construção cultural e social do gênero. Pressupõe que as funções de gênero não se baseiam nas diferenças naturais enraizadas no sexo biológico. Afirma que o sexo-gênero é um sistema de dominação culturalmente construído. Como o gênero oferece um marco de referência dualista e funcionalista, o feminismo de gênero requer que se estudem “ambos” os gêneros, assim como suas reconstruções ideológicas e culturais.

O *feminismo maternal* fomenta um modo de viver centrado na preservação, no cuidado, na aceitação e no pacifismo, um modo de vida desenvolvido na maternidade e no cuidado dos filhos. O feminismo maternal

³⁷ Ibid., 88-89.

questiona o individualismo autônomo com ajuda de uma política e de uma ética baseadas nas habilidades relacionais cultivadas e exercidas na esfera privada. O pensamento maternal é acessível a todas as mulheres independentemente de que sejam mães ou não. É um poder acumulado graças à capacidade das mulheres para ter filhos e cuidar deles.

O feminismo relacional apóia-se no argumento de que as mulheres foram modeladas social e discursivamente para desempenhar as tarefas relacionais. Desenvolve uma ontologia – social ou filosófica, ou juntas – do eu, assim como uma ética da reciprocidade e da complementaridade. O fato de que as mulheres sejam, em geral, mais sensíveis ao fluxo e refluxo dos vínculos se deve às relações patriarcais de poder sócio-político, não à natureza.

O feminismo materialista e marxista centra-se na descrição das bases materiais da subjugação das mulheres assim como a relação existente entre os modos de produção e a exploração das mulheres. Não utiliza a teoria sistêmico-dual marxista (exploração de classe e patriarcado) e amplia o marco do feminismo, para incluir outros processos de dominação que não são tidos em conta pelas teorias marxistas masculino-maioritárias do materialismo. Sustenta que a análise da opressão das mulheres deve ocupar-se tanto da produção como da reprodução. A libertação das mulheres só será possível através de uma reorganização igualitária das tarefas produtivas e reprodutivas que desmantele as estruturas econômicas e culturais existentes.

O ecofeminismo pretende estabelecer conexões entre as estruturas do mundo natural e a opressão das mulheres. Sublinha que a idéia de que não só os seres humanos, senão que todos os seres vivos presentes formam um único e sagrado Corpo, do qual todas e todos somos manifestações surgidas graças ao processo criativo da evolução. O feminino não se identifica estritamente com as mulheres, senão que é uma energia ou poder latente em todos os seres vivos.

O feminismo pós-moderno questiona radicalmente algumas crenças que surgiram com a Ilustração. Como as demais formas de pós-modernismo, as teorias feministas pós-modernas postulam aceitar a ambivalência, a ambigüidade, a multiplicidade, a instabilidade e a complementariedade. Ao negar a singularidade do sujeito do discurso – e da verdade mesma!, oferecem às feministas uma possibilidade de dar razão à diversidade e às contradições que existem entre as

diversas posições teóricas (assim como dentro de cada uma delas). Às vezes, é também chamado de pós-feminismo.

O feminismo das diferenças não se fixa apenas nas *diferenças* de gênero, senão também nas *diferenças* de raça, classe, etnia, cultura, sexualidade e religião. Ao contrário da teoria feminista pós-moderna não só sublinha a discursividade de tais diferenças, senão também sua materialidade. Ressalta a crítica ao feminismo eurocêntrico que considerou a experiência cultural e política das mulheres brancas de classe média representativa da experiência e da situação de todas as mulheres. Como alternativa, insiste que há todo um leque de estruturas multiplicativas de dominação que determinam de maneira diferente a vida das mulheres³⁸.

O feminismo contextual (ou global) acentua a perspectiva libertária da visão das coisas que cada qual tem depende do lugar em que se encontra. A localização sócio-cultural e religioso-cultural não só molda a vida cotidiana, mas também as perspectivas e os enfoques teóricos. Essa perspectiva teórica concebe as diferenças como resultado de diferente localização na estrutura de dominação, não como resultado da política da identidade. Por exemplo, o feminismo euro(norte)americano (ou o africano) não é definido tanto por uma política essencialista quanto pelo enraizamento experiencial em contextos sócio-culturais euro(norte)americano (ou africanos).

O feminismo pós-colonial intensifica os argumentos do feminismo das diferenças e o feminismo contextual, chamando atenção para a influencia do imperialismo e do colonialismo ocidental na identidade e na localização sócio-cultural das mulheres. Investiga a interconexão existente entre o império e os discursos imperialistas e se preocupa em como fomentar a solidariedade – e forjar alianças – entre os distintos grupos sociais pós-coloniais. À semelhança do feminismo marxista, usa uma análise sistêmico-dual, que considera o patriarcado e o imperialismo dois sistemas de opressão paralelos.

O feminismo internacional tem como marco as quatro Conferências das Nações Unidas Sobre a Mulher celebradas no México (1975), Copenhague (1980), Nairobi (1985) e Pequim (1995). Esses encontros, juntamente com a Conferência sobre Controle Demográfico celebrada no Cairo (1994); e outros, são

³⁸ Ibid., 90- 91.

importantes foros de debate sobre assuntos relacionados à igualdade e ao bem estar de mulheres, nos quais participaram organizações de base e outras ONGs. Como a atual globalização tem aumentado a exploração de mulheres, estas iniciativas internacionais, que além de compartilhar e discutir problemas comuns, podem forjar alianças, e se tornam cada vez mais imprescindíveis³⁹.

O feminismo religioso (associado às diversas tradições religiosas ou ao culto da Deusa) não segrega o movimento feminista civil do religioso, senão que procura conceber a interação entre ambos. Segundo essa perspectiva, o centro da atenção feminista e do diálogo interreligioso é a presença, tanto positiva como negativa, da religião na vida das mulheres. Do mesmo modo, sustenta que a religião não é somente uma força que contribui para consolidar a dominação social e cultural, mas também uma força que contribui no caminho das mulheres pela sobrevivência e libertação.

O feminismo pós-bíblico rechaça as religiões bíblicas por sexistas e opressivas. Este juízo tem por base a violenta e desumanizadora influência ao longo da história de tais religiões. A contribuição positiva do feminismo pós-bíblico consiste no redescobrimento da Deusa e da espiritualidade a ela associada, a uma espiritualidade que favorece a relacionalidade e a consciência ecológica. A religião e a espiritualidade da Deusa inspiram uma visão da vida como todo orgânico e sagrado⁴⁰.

O feminismo crítico-liberacionista é um rebento dos movimentos libertários do século XIX e dos movimentos radicais dos anos 60 (gays, estudantis socialistas, anticolonialistas e pró-direitos civis). Ainda que ressalte a diversidade e a particularidade cultural, também insiste em que, até que todas as mulheres tenham assegurados não só seus direitos, senão também o reconhecimento, o bem estar e a dignidade como “cidadãs” de pleno direito, continuará necessário forjar alianças e caminhos de libertação⁴¹.

³⁹ Ibid., 91-92.

⁴⁰ Ibid., 92-93.

⁴¹ Ibid., 92-93.

4. Análises feministas

Os movimentos feministas desde cedo não se expressaram apenas em práticas políticas militantes, e em encontros formativos de mulheres, como também em estudos e teorias. No fim dos anos 60 e no início dos anos 70, surgiram, nos Estados Unidos, os *Estudos Sobre as Mulheres (Women's Studies)*, como braço acadêmico do movimento de libertação das mulheres⁴². Também eclodiram, em muitos países, centros de pesquisas feministas em universidades e em outros âmbitos de construção do saber. Nesse contexto, surgiram críticas feministas dos sistemas estruturais e simbólicos, bem como conceitos heurísticos para desenvolver uma posição alternativa que gerassem mudanças nas culturas e nas sociedades.

O feminismo desenvolveu novas categorias de análise sócio-política com a finalidade de visibilizar a especificidade da relação assimétrica entre os sexos. Também utilizou categorias já existentes, mas de forma mais sistêmica, abordando o encadeamento de diversas formas de relações de conflito e poder; incluindo imperialismo, racismo, classismo, sexismo, etc. Embora algumas posições enfatizem mais a especificidade da relação entre os sexos, outras a *análise sistêmica complexa*; algumas dão mais atenção à dominação; outras, aos conflitos.

Não vamos aqui apresentar todas as categorias de análise utilizadas pelo feminismo, nem os significados precisos ou as discussões em torno de cada uma. Ao apresentarmos algumas, ainda que esquematicamente, interessa-nos apenas indicar não só categorias novas que trouxeram à luz elementos até então não visibilizados, mas sobretudo indicar a forma como o feminismo tende a fazer análise da realidade sócio-histórica. Não só focaliza as múltiplas formas de relações e os diversos aspectos que as constituem, como também sublinha o encadeamento das coisas. Para nosso objetivo, destacamos apenas algumas: *mulher/mulheres, gênero, androcentrismo e patriarcado*.

Mulher/mulheres - um categoria primária - acentua o papel das mulheres, não só como vítima de opressão, mas como sujeitos nos processos históricos. Os

⁴² Sobre o tema, cf. CARR, Anne. **Grazia che trasforma**: tradizione cristiana e esperienza delle donne. Brescia: Quiriniana, 1991, 81-94.

movimentos feministas surgiram em torno da categoria “mulher”, e a análise feminista empregou “mulher” ou “mulheres” como principal categoria analítica⁴³. Surgiram os *estudos sobre a mulher*, nos quais, elas são consideradas tanto objeto como sujeito de interpretação. Porém, muitas dessas investigações, prolongaram os discursos masculino-dominantes que fazem da mulher ou das mulheres e não dos homens objetos de estudo.

Em razão disso, algumas posições feministas atuais consideram problemática a função do significante “mulher-feminina”. Para elas, o conceito “mulher” serve para classificar as pessoas em termos de sexo-gênero naturalizados e dualistas, e para manter a visão de uma classe inferior de seres humanos.

A categoria “mulher” é usada intercambiando com fêmea-feminina, tornando-se um termo genérico e naturalizado que define o sexo biológico, ainda que até há pouco tempo era mais utilizado para se referir às fêmeas das classes baixas. E o termo “senhora” era mais aplicado para as de classe alta ou de refinada educação, ou para indicar o “verdadeiro ser de mulher”, a feminilidade⁴⁴.

Apesar da ambigüidade da categoria “mulher”, Fiorenza adverte que, para o feminismo libertário, não é conveniente substituí-la completamente pela categoria “gênero”. Pois poderia favorecer a continuidade da marginalização e do esquecimento da presença das mulheres através dos próprios discursos feministas.

“Daí que é necessário construir um marco teórico no qual as mulheres possam ser concebidas como sujeitos da luta por mudança sem reproduzir estrutura hegemônica feminina cultural, simbólica, social e política do marco de sexo-gênero que sanciona a inferioridade, a marginalidade e a opressão das mulheres, como algo “natural” e de “sentido comum”⁴⁵.

Androcentrismo (que deriva do grego *aner*) significa literalmente “o varão como centro”. Como categoria de análise focaliza a relação homem-mulher, e designa diferenças socialmente construídas entre os sexos. Nessa relação, o homem é o paradigma do ser-humano, e a mulher é a “outra”.

⁴³ FIORENZA, E. S. *Los caminos de la Sabiduría*, 2004, 145.

⁴⁴ *Ibid.*, 146-147.

⁴⁵ *Ibid.*, 147-148.

Através desse conceito, o feminismo oferece uma análise lingüístico-ideológica do mundo⁴⁶. Uma análise da *invisibilização* e do *silenciamento* das mulheres. Na própria estrutura das línguas ocidentais antigas e modernas, chamadas “genéricas”, as mulheres são incluídas, mas invisibilizadas. Isso também ocorre nas teorias masculino-dominantes que interpretam a história, e constroem as ciências, *invisibilizando* as mulheres. Por *silenciamento*, se entende o afastamento sistêmico das mulheres na tarefa de definir o mundo.

Ao fazer essa análise lingüístico-ideológica, o feminismo pretende romper a “naturalização” da visão centrada no masculino; suscitar uma mudança seja na linguagem, na construção dos conhecimentos, como na interpretação da história, recuperando-a como história de mulheres e homens, como história de todas as pessoas que não contam para a visão hegemônica.

Patriarcado focaliza a análise das relações estruturais e das instituições de domínio. No âmbito feminista, a noção de patriarcado recebe múltiplos significados⁴⁷. Como categoria analítica, é usado por algumas correntes feministas a partir do ponto de vista do dualismo de gênero homem/mulher, ou como *sistema sexo-gênero*. Identifica e questiona as estruturas sociais e ideológicas que têm permitido aos homens dominar e explorar mulheres ao longo de toda a história conhecida. As relações injustas entre os sexos se convertem, então, na base de todas as outras formas de relações opressivas.

Outras correntes definem patriarcado como um *sistema sócio-cultural formado pelo encadeamento piramidal e multiplicativo de estruturas de dominação* que demarcam posições diferentes para as mulheres (e homens) de diferentes *status* sociais⁴⁸. Fiorenza cunhou o neologismo *kiriarcado* (do grego *kirios* = senhor, amo, padre, esposo) para fazer visível o complexo encadeamento das contraditórias opressões que padecem os diferentes grupos de mulheres⁴⁹.

“O Kiriarcado é como um complexo sistema piramidal de entrecruzadas e multiplicativas estruturas sociais de domínio e subordinação, de governo e

⁴⁶ Ibid., 155-156.

⁴⁷ Sobre os diferentes significados de patriarcado, cf. PULEO, Alicia, H. Patriarcado. In: AMORÓS, Célia (org.). **10 palabras clave sobre mujer**, 21-54, aqui 19-69. Cf. também, FIORENZA, E. S. **Los caminos de la Sabiduría**, 156-160.

⁴⁸ FIORENZA, E. S. **Los caminos de la Sabiduría**, 159.

⁴⁹ Ibid., 160-167.

opressão. As relações kiarcais de dominação se edificam sobre o direito de propriedade dos varões de elite, assim como sobre a exploração, dependência, inferioridade e obediência das mulheres.

Enquanto sistema sócio-cultural e religioso de dominação, o kiarcado está constituído pelo entrecruzamento de estruturas de opressão multiplicativas. Os diferentes conjuntos de relações de dominação variam historicamente e produzem constelações de opressão acordes com a época e a cultura”⁵⁰.

Gênero. As teorias críticas de gênero surgem a partir da idéia de que o “feminino” e o “masculino” não são puramente a representação das diferenças naturais do homem e da mulher, mas construção social e cultural, interpretação das diferenças anatômicas.

A partir dos anos 70, nos EUA e depois em outros países, o feminismo desenvolve *os estudos de gênero*⁵¹. Nesse contexto, o termo é usado com múltiplos e distintos significados, emergindo como nova categoria analítica, como espaço teórico novo. Representa uma tentativa das feministas de construir um novo saber, uma nova interpretação da realidade, pois as categorias existentes que explicavam as desigualdades sociais, silenciavam as desigualdades persistentes entre mulheres e homens⁵².

São múltiplas e distintas as análises de gênero⁵³. Não vamos aqui sequer mencioná-las. Interessa-nos apenas destacar as análises de gênero mais sistêmicas, as que se ocupam com o entrelaçamento entre os processos formativos de nossas *identidades*, as *relações* em suas diversas formas e *representações*⁵⁴.

Tem como ponto de partida uma visão de mulheres e homens como atores históricos dotados de corpos e mentes, influenciados por contextos sócio-culturais. Focaliza as relações de conflito e poder, evitando o binômio: dominação/subordinação como único modelo de confronto. A atuação da mulher é interpretada não apenas como atuação passiva de subordinação, mas como sujeito histórico⁵⁵.

⁵⁰ Ibid., 160.

⁵¹ BEDIA, Rosa Cobo. Gênero, 60-61.

⁵² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade** 16(2) Jul/dez. (1990) 5-22, aqui 13-14.

⁵³ Sobre as abordagens de gênero, cf. BICALHO, Elizabete. Correntes feministas e abordagens de gênero, 44-47.

⁵⁴ GRAHAM, Elaine. Gender. In: ISHERWOOD, Lisa; McEWAN, Dorothea. **An A to Z of Feminist Theology**, New York: Sheffield, 1996, 78-80.

⁵⁵ BICALHO, Elizabete. Correntes feministas e abordagens de gênero, 47-48.

A análise de gênero é interdisciplinar. Inclui ciências antropológicas, psicológicas, biológicas; sociologia e teoria social, história e filosofia, estudos culturais e outros⁵⁶. Percorre todos os âmbitos e níveis da sociedade. Traz à luz os mecanismos de poder, os processos formativos e educacionais, os discursos teóricos que servem para criar e manter relações de domínio. Está orientada tanto para a crítica da cultura e da sociedade, como para a construção de um novo paradigma cultural⁵⁷.

Inicialmente, as análises de gênero se fundamentaram na idéia de uma radical separação entre ‘sexo’ biológico e ‘gênero’ cultural. Foram valiosas como críticas dos determinismos biológicos. No entanto, há uma crescente insatisfação em relação às análises ‘aditivas’ de gênero, porque nelas está implícita a visão dicotômica entre natureza e cultura, e entre corpo e mente. Elas apresentam o gênero como uma totalidade psicológica ou sociológica, mas negam estender a identidade humana e as relações de gênero à apropriação e representação da experiência biológica e morfológica⁵⁸.

“As teorias críticas de gênero argumentam, então, que a diferença biológica não pode ser negada, que a incorporação é parte integral da experiência humana e que a realidade da procriação, parto, e a primeira relação mãe-criança precisam ser consideradas numa adequada teoria de gênero. As feministas têm se distanciado da afirmação do papel das diferenças biológicas ou corporais para não cair no essencialismo, mas é necessário confrontar alguns aspectos e construir teorias de gênero nas quais sejam levadas em conta a experiência de incorporação, nas palavras de Simone de Beauvoir, ‘incluindo-nos em nossas diferenças’”⁵⁹.

5.

Perspectivas culturais no contexto do feminismo

O feminismo se desenvolveu de forma distinta nas distintas comunidades humanas e a partir de realidades concretas diferentes. Porém, na sua diversidade, aponta perspectivas culturais comuns. Destacamos duas, que nos parecem as mais importantes na formação de um conjunto de *significados, valores e padrões*: um modo de conviver centrado na reciprocidade e uma visão sistêmica da realidade.

⁵⁶ GRAHAM, Elaine. Gender, 78-79.

⁵⁷ BEDIA, Rosa Cobo. Gênero, 61-62.

⁵⁸ GRAHAM, Elaine. Gender, 79-80.

⁵⁹ O texto é de Simons, M. A. and Benjamin, citado em: GRAHAM, Elaine. Gender, 80.

Não são exclusivas do feminismo, estão presentes em todos os movimentos críticos atuais, mas nele é relevante, devido ao seu enraizamento na experiência das mulheres que provocou uma ruptura na forma de relacionamentos hierárquicos, e na visão androcêntrica da realidade.

Na cultura ocidental, coexistem dois modos culturais de conviver: um centrado na hierarquia e submissão ou na competição, que é uma mútua exclusão; outro, centrado na mútua cooperação.

As relações humanas centradas na hierarquia exigem obediência e implicam a visão de superioridade e inferioridade, de poder e submissão. Nesse conviver, a competição é legítima, como um encontro de mútua negação, como a maneira de estabelecer hierarquia dos privilégios sob a afirmação de que a competição promove o progresso social, ao permitir que o melhor apareça e prospere⁶⁰.

Nas sociedades capitalistas, o eixo central das relações entre os seres humanos não é a troca solidária e complementar, mas a troca competitiva, cujo fim não é a satisfação dos dois pólos envolvidos, mas a obtenção de vantagens para um dos lados. Sob esse prisma se realiza o desenvolvimento das sociedades (a economia, a política, o trabalho etc.). Essas relações são raiz de desigualdades, marginalização e exclusão. Também raiz de conflitos e violência nas mais diversas formas. O outro é percebido como um *concorrente*, ou um inimigo a ser vencido. Em relação à natureza, já não é possível negar que a obtenção unilateral de vantagens leva a uma das maiores ameaças ao ser humano, que é a ameaça de uma catástrofe ecológica.⁶¹

Com as consequências devastadoras do modo de vida moderno competitivo, emerge uma nova sensibilidade para recuperar no âmbito humano, a dinâmica da mútua cooperação, que é intrínseca aos processos da vida, mas que humanamente não são apenas “naturais”. Somos seres capazes de relação e necessitados de relação. Se tivermos ou não consciência, nós somos mutuamente interdependentes, imediatamente e intimamente conectados. Nós realizamos nosso ser com/no relacionamento. Assim como somos e existimos na relacionalidade,

⁶⁰ Cf. MATURANA, Humberto, R. Conversaciones Matristicas e Patriarcales em — e VERDEN-ZÖLLER, Gerda. **Amor y Juego**: fundamentos olvidados de lo humano desde el patriarcado a la democracia. Santiago (Chile): Instituto de Terapia Cognitiva, 19-69 aqui 37-43.

⁶¹ ABDALLA, Maurício. **O princípio da cooperação**. São Paulo: Paulus, 2002, 48-95.

também a formamos. Porém nosso ser em relação não é um fenômeno puramente natural, é culturalmente e socialmente construído, sejam as relações entre nós seres humanos, como a nossa relação com a natureza.

Repensar a cultura a partir de seu centro, que é o modo como convivemos, como nos relacionamos entre nós e com a natureza, articulando igualdade e reciprocidade, tem sido um foco central dos movimentos críticos atuais. Também do feminismo. O modo como nos relacionamos, como percebemos o outro, a outra, se entrelaça com um conjunto de *sentidos e significações, de valores e padrões*. No conviver centrado na competição, o outro e a outra são percebidos como um inimigo e uma inimiga a serem vencidos ou como mero instrumento, do qual podemos obter proveito.

São diversas as perspectivas teóricas feministas sobre relacionalidade: algumas correntes focalizam a reflexão sobre uma nova cultura das diferenças como base para uma nova relacionalidade. Outras, centram-se na reflexão sobre a experiência relacional das mulheres associada à maternidade e ao cuidado da vida, como ponto de partida de uma mudança das nossas relações em todos os âmbitos. Uma terceira posição se inspira no pensamento orgânico e relacional de Alfred North Whitehead, ou em teorias de Martin Buber. Uma quarta, privilegia os discursos sobre a amizade e a sororidade. Uma quinta, sublinha a perspectiva política de uma democracia radical⁶². Essa diversidade de enfoques nos aponta para a relevância do tema em si.

Partindo da idéia de que é a partir do modo como nos relacionamos que formamos nosso horizonte de percepção, o feminismo procura entrelaçar construção do saber com caminhos de uma nova relacionalidade. Além disso, os discursos feministas tendem a focalizar a realidade com lentes relacionais, definindo os processos e os objetos não em si mesmos, mas na relação que os constituem.

Visão sistêmica. Não é uma exclusividade do feminismo, ao contrário aparece como uma tendência atual dos movimentos críticos da modernidade. O ponto de partida não são os objetos em si, mas a relacionalidade. Visão sistêmica

⁶² Cf. FIORENZA, E. S. **Los caminos de la Sabiduría**, 168-175. Sobre o tema, ver ainda, HOGAN, Linda. Relationality. In: ISHERWOOD, Lisa; McEWAN, Dorothea. **An A to Z of Feminist Theology**, 202-203.

tem a ver com uma visão holística, mas dela se distingue. A visão holística é a visão do todo; e a visão sistêmica é a visão das partes e do todo. As concepções holísticas privilegiam uma harmonia utópica que tenta afastar as contradições, as divergências, os conflitos, enquanto a abordagem sistêmica preserva o espaço das partes e de soluções mais concretas para dificuldades que são inerentes às condições atuais da mulher e do homem no universo⁶³. Porém, os contextos de relações de domínio encaminham a nova sensibilidade holística ou sistêmica para ocultar as desigualdades reais, e evitar conflitos.

No âmbito de uma visão mais sistêmica, o feminismo e também os movimentos críticos da modernidade tendem a desenvolver uma nova a prática do conhecimento da realidade, superando visões unilaterais e dicotômicas. Como reação ao racionalismo moderno surgem posições extremas, que, ao não distinguir racionalismo e razão, valorizam de forma unilateral outras formas de conhecimento. Por novo paradigma de conhecimento entende-se, então, práticas holísticas alternativas de cunho mais esotérico.

Outras posições, no entanto, reagem de outra maneira, sem confundir racionalismo com razão. Estas apresentam duas preocupações básicas.

A primeira consiste em valorizar e recuperar as diversas formas do conhecimento - intuitiva, imaginativa e outras - superando a valorização unilateral da razão. Essa nova valorização da pluralidade de formas de conhecimento, e a percepção da mútua influência entre elas brota como reação ao logocentrismo da cultura clássica e à ideologia moderna do racionalismo, que reprime outras formas de conhecimento. Por ser ideologia cientificista, reprime igualmente o pensamento e o discurso científico, ao articulá-lo e ao submetê-lo a relações de poder e domínio.

A segunda se refere ao próprio conhecimento racional, desenvolvendo uma forma de conhecimento objetivo, que privilegie um olhar para os objetos e processos, partindo de sua relacionalidade, de suas conexões. Dessa forma o conhecimento sistêmico se dá seja pela valorização de múltiplas formas de conhecimento, como também perpassa o próprio conhecimento racional.

⁶³ VASCONCELLOS, Maria José Esteves. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência.** Editora PUC Minas, 2003, 202-203.

No âmbito cristão, também muitas vezes se entende superação do logocentrismo teológico com a adoção de práticas alternativas na teologia. O conhecimento sistêmico, no entanto, implica um pensar sistêmico, e não apenas um acréscimo de novas práticas.

A Teologia Feminista tende a construir-se a partir desses dois pressupostos: 1) a forma como convivemos descortina nosso horizonte de percepção; nossas relações são o lugar epistemológico de nosso conhecimento da realidade. Fiorenza ressalta que o espaço dos movimentos da sabedoria é o espaço de uma comunidade de iguais, é o espaço de uma democracia radical⁶⁴; 2) os objetos e os processos existem na relacionalidade. A reflexão em torno da fé focaliza um Evangelho não em si, mas sempre na sua relação com situações concretas.

Conclusão

O feminismo surgiu como caminho de universalização radical de movimentos emancipatórios e libertários, que acabavam reproduzindo os padrões de uma cultura patriarcal. Por isso, as práticas políticas do feminismo são voltadas para uma transformação sócio-cultural mais ampla que inclui múltiplas dimensões. A libertação e a emancipação das mulheres não se dá no ajustamento delas ao padrão masculino, mas na realização de uma nova realidade sócio-cultural.

A formação do feminismo no Brasil se deu na tensão criativa para entrelaçar questões específicas da vida concreta das mulheres e questões da desigualdade social mais ampla, influenciando para que os processos libertários fossem mais inclusivos, e tocassem as dimensões econômicas, políticas, culturais, sexuais, étnicas e outras.

As múltiplas faces do feminismo representam não só expressões concretas de distintas experiências de mulheres, como também múltiplas faces de uma transformação global, realizando-se em toda parte. A articulação dessa diversidade, que não se dá sem conflitos, aponta para uma nova forma de

⁶⁴ FIORENZA, E. S. *Los caminos de la Sabiduría*, 111-117.

relacionalidade e para uma visão mais sistêmica. As relações são o foco central no feminismo. Por isso, o discurso da identidade da mulher implica uma reflexão dos seus significados nos contextos sócio-históricos.

A análise feminista, mais do que utilizar mediações específicas, se caracteriza pela perspectiva *interdisciplinar, sistêmica, e transformadora*. Por interdisciplinar compreende-se o recurso de diversas ciências; por sistêmica, uma análise que focaliza os processos não em si mesmos, mas nas relações que os constitui; por transformadora entende-se uma análise que tem por objetivo a emancipação e a libertação das mulheres em caminhos de uma mudança sociocultural global.

Na trajetória política – prática e teórica – do feminismo vai se formando um conjunto de *significados, valores e padrões* que apontam para um (com)viver mais centrado na reciprocidade e para uma visão mais sistêmica da realidade. As mulheres cristãs, a partir do horizonte cultural feminista, a partir de uma nova compreensão de si e da realidade, também mudam a compreensão da fé.